

DESAFIOS DOS TRABALHADORES TRANS: DISCRIMINAÇÃO E BARREIRAS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Instituto Maayan¹

Priscilla Pacheco de Souza²

RESUMO

Este artigo examina os desafios enfrentados pelos trabalhadores trans no mercado de trabalho brasileiro, com foco na discriminação e nas barreiras enfrentadas por essa comunidade. A pesquisa aborda a falta de oportunidades de emprego, a discriminação durante o processo de contratação, as dificuldades no ambiente de trabalho e as limitações no avanço na carreira profissional. Além disso, são discutidas as consequências psicossociais da discriminação e as possíveis estratégias para promover a inclusão e a igualdade no mercado de trabalho para pessoas trans. Por meio de uma análise detalhada, o artigo destaca a importância da conscientização, da educação e da implementação de políticas inclusivas para superar os desafios enfrentados pelos trabalhadores trans no Brasil.

Palavras-chave: Trabalhadores Trans; Discriminação; Inclusão; Igualdade de Oportunidades; Políticas Inclusivas.

ABSTRACT

This article examines the challenges faced by transgender workers in the Brazilian labor market, focusing on discrimination and barriers encountered by this community. The research addresses the lack of job opportunities, discrimination during the hiring process, difficulties in the workplace, and limitations in career advancement. Additionally, it discusses the psychosocial consequences of discrimination and potential strategies to promote inclusion and equality in the labor market for transgender individuals. Through a detailed analysis, the article emphasizes the importance of awareness, education, and the implementation of inclusive policies to overcome the challenges faced by transgender workers in Brazil.

Keywords: Transgender Workers; Discrimination; Inclusion; Equal Opportunities; Inclusive policies.

¹ Instituto fundado em 2011, tratando-se de uma organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com sede na Cidade do Rio de Janeiro. Resultado da união da Associação Fonte de Vida Isaura Santos e do desejo de uma equipe multidisciplinar de profissionais e empreendedores sociais. Com notória experiência gerencial no campo das realizações sociais e nos princípios do desenvolvimento integrado e autossustentável. E-mail: maayan.instituto@gmail.com

² Assistente Social e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: priscilla_souza@id.uff.br

INTRODUÇÃO

No percurso em direção ao estabelecimento profissional, as pessoas trans enfrentam uma trilha marcada pela dura realidade da transfobia, desde os bancos escolares até a busca por emprego. O impacto devastador desse preconceito evidencia que amigos, professores e familiares muitas vezes se tornam os principais alçózes durante a formação, enquanto no ambiente de trabalho, direitos básicos como o uso do banheiro adequado são frequentemente desrespeitados.

Os dados alarmantes revelam que metade dos entrevistados enfrenta depressão, e assustadores 60% já cogitaram o suicídio. Conduzido pelo projeto TransVida, do Grupo Pela Vidda, com apoio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob a orientação do antropólogo e ativista Fabrício Longo, o estudo enfatiza que a transfobia não apenas limita as oportunidades de acesso e sobrevivência das pessoas trans, mas também impede o pleno desenvolvimento de suas habilidades profissionais.³

Para Maria Eduarda Aguiar, coordenadora do TransVida, essa forma de discriminação tem um impacto significativo na força de trabalho do país, negando a capacidade e potencial de uma parte significativa da população brasileira. O relatório da pesquisa destaca a urgência de combater o preconceito e educar os empregadores sobre a importância de contratar pessoas trans, além de sensibilizar os profissionais de recursos humanos sobre as especificidades dessa comunidade no ambiente de trabalho. A pesquisa, que contou com questionários online e entrevistas presenciais, revelou uma realidade desafiadora: apenas 15% dos participantes têm empregos formais, enquanto uma parcela significativa recorre ao trabalho autônomo, formal ou informal, como último recurso de sobrevivência. Para muitos, a prostituição se torna a única fonte de renda. Esses números destacam a necessidade urgente de políticas e ações que promovam a inclusão e a proteção dos direitos das pessoas trans no mercado de trabalho brasileiro. A inclusão de transexuais, travestis e transgêneros no mercado de trabalho brasileiro é um desafio complexo e multifacetado. Estima-se que uma parcela significativa dessas comunidades encontre seu sustento na prostituição, devido à falta de oportunidades e à discriminação enfrentada no ambiente de trabalho. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), cerca de 90% das travestis e transexuais no Brasil estão

³ Informações segundo site <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/pesquisa-descreve-barreiras-para-acesso-de-pessoas-trans-ao-emprego>. Acesso em 28/12/2021.

envolvidas nessa atividade, destacando uma realidade marcada pela marginalização e exclusão social.⁴

Diante desse cenário, torna-se imperativo explorar as barreiras enfrentadas por transexuais, travestis e transgêneros no acesso ao emprego formal, bem como examinar as possíveis estratégias para promover uma inclusão mais efetiva e igualitária no mercado de trabalho brasileiro. Este artigo busca analisar esses desafios e propor medidas que possam contribuir para a construção de um ambiente profissional mais justo e inclusivo para todas as identidades de gênero.

A persistência dos estigmas enfrentados pelos transgêneros na sociedade brasileira se reflete em atos discriminatórios que os marginalizam e excluem, tornando sua inserção nos diversos setores sociais, especialmente no mercado de trabalho formal, extremamente desafiadora. Essa exclusão não apenas nega oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal, mas também perpetua um ciclo de marginalização e vulnerabilidade para esses indivíduos.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O termo "transexualismo" foi cunhado em 1953 por Harry Benjamin, um médico clínico notável que se tornou conhecido como o "pai da transexualidade". Benjamin, que se estabeleceu em Nova York após a Primeira Guerra Mundial, foi parte da primeira geração de endocrinologistas nos Estados Unidos. Em vez de se aposentar aos 60 anos, Benjamin optou por uma segunda carreira dedicada ao estudo e tratamento da transexualidade. Para Benjamin, o transexualismo era um distúrbio psíquico da identidade sexual, caracterizado pela convicção inabalável de um indivíduo de pertencer ao sexo oposto ao designado ao nascimento. Essa convicção profunda levava o sujeito a buscar a transformação de seus órgãos sexuais primários para corresponder ao sexo com o qual se identificavam. Essa transformação era frequentemente alcançada por meio de intervenções cirúrgicas. (MOREIRA; MARCOS, 2019, p. 601)

No Brasil, a história das pessoas trans é marcada por estigma, marginalização e perseguição, muitas vezes devido à crença na sua anormalidade em relação às normas de gênero

⁴ Informações segundo site <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/pesquisa-descreve-barreiras-para-acesso-de-pessoas-trans-ao-emprego>. Acesso em 28/12/2021.

estabelecidas pela sociedade. A ideia predominante de que o gênero atribuído no nascimento deve ser mantido ao longo da vida contribui para a exclusão e discriminação dessas pessoas.

Mesmo quando artistas transformistas se apresentavam em espaços como o Teatro Rival, durante e após a ditadura militar, eles eram aceitos apenas dentro desses ambientes e não podiam se confundir com mulheres cisgêneras fora dos palcos. No entanto, artistas como Rogéria, Jane Di Castro e Brigitte de Búzios encontraram oportunidades de trabalho no campo artístico, além da prostituição. Atualmente, há um movimento crescente de artistas trans que buscam representatividade e combatem a prática de escalar atores cis para interpretar personagens trans. Essa luta pela empregabilidade básica reflete uma mudança nas percepções sociais sobre identidade de gênero e representa um desafio aos discursos médicos e judiciais que historicamente patologizaram a transexualidade.⁵

A natureza da diferença sexual não é algo que possa ser empiricamente examinado, mas é impregnada na linguagem da ciência quando aplicada em construções culturais relacionadas a essa diferença, legitimando a linguagem de gênero.

Apesar dos avanços científicos e do repertório de conhecimentos sobre o sexo, a diferença sexual, após a revolução científica, não se tornou mais estável do que era antes. Os dois sexos continuam sendo considerados incomparáveis entre si, resultado da cultura assim como no modelo de sexo único. Esses modelos, reforçados pela ciência, afirmam que a relação entre homens e mulheres não é de igualdade ou desigualdade, mas sim de diferença, e que essa diferença é passível de interpretação.

Em termos gerais as discussões relacionadas às questões de gênero têm ganhado cada vez mais espaço nos estudos organizacionais. Porém, quando se analisa o mundo do trabalho, verifica-se que os transgêneros ainda apresentam baixa inserção. O mesmo ocorre no universo da pesquisa de fundamentação e discussões no enquadramento pertinente ao mercado de trabalho. A temática dos transexuais no contexto do trabalho está intrinsecamente ligada a processos discriminatórios e situações de violência que permeiam não apenas o ambiente de trabalho, mas também são disseminados e normalizados na sociedade em geral. É crucial ampliar as discussões sobre heterossexualidade e trabalho, destacando as disparidades no tratamento dado aos transexuais. Essa ampliação visa despertar debates que possam contribuir direta ou indiretamente para o reconhecimento das dificuldades enfrentadas por essa população

⁵ Segundo informações do site <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em: 10/11/2021.

e para promover uma mudança de mentalidade, especialmente em relação às políticas oficiais destinadas a atender às suas demandas.⁶

Há de se compreender como os fatores culturais, baseados em uma sociedade binária, contribuem para a reprodução do preconceito contra os transexuais no Brasil. Essa análise se concentra na compreensão de como as concepções hegemônicas binárias de masculinidade e feminilidade influenciam as experiências de vida e trabalho das pessoas transexuais, que muitas vezes são alvo de discriminação e têm suas identidades e dignidade comprometidas no ambiente de trabalho. Ao discutir esses aspectos, busca-se enfrentar os desafios que afligem a sociedade brasileira e promover um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todos.⁷

A sociedade brasileira é permeada por uma cultura que tradicionalmente valoriza e estabelece como normativa a aceitação apenas das relações afetivas heterossexuais, impondo assim papéis rígidos tanto para homens quanto para mulheres, que são definidos principalmente pela função de serem agentes de reprodução da vida. Essa normatividade se reflete na exclusão e marginalização de grupos sociais, como gays e lésbicas, que não se enquadram nas relações afetivas heterossexuais. Nos últimos anos, o movimento pelos direitos LGBTQIAP+ no Brasil tem se destacado na luta pela conquista de direitos jurídicos e pela eliminação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. No entanto, apesar dos avanços, ainda há uma fragilidade na abordagem governamental, da sociedade civil e de outros atores sociais no enfrentamento dos desafios relacionados à garantia dos direitos sexuais e de cidadania para essa comunidade. (SPINELLI et al, 2018, p. 3)

Diante desse cenário, é fundamental compreender como o movimento LGBTQIAP+ tem promovido o empoderamento desse segmento social por meio de políticas públicas específicas. No entanto, o maior desafio reside na transformação dessas políticas em efetivas políticas de Estado, uma vez que as primeiras ações mais sólidas surgiram a partir de 2004.

2. O PROCESSO DE INCLUSÃO

A trajetória histórica das travestis no Brasil é marcada por lutas e resistência, refletidas na formação de diversas organizações e movimentos ao longo do tempo. A fundação da

⁶ Segundo informações do site <https://rhpravoce.com.br/colab/os-desafios-da-inclusao-de-pessoas-trans/>. Acesso em: 30/12/2021.

⁷ Segundo informações do site <https://rhpravoce.com.br/colab/os-desafios-da-inclusao-de-pessoas-trans/>. Acesso em: 30/12/2021.

Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (Astral) em 1992 marcou um trecho importante no reconhecimento e na promoção dos direitos das pessoas trans no país. O Dia do Orgulho de Ser Trans e Travesti, celebrado em 15 de maio, simboliza essa luta contínua por visibilidade e reconhecimento. Ao longo das décadas seguintes, surgiram outras entidades e organizações em diferentes regiões do Brasil, como a Associação das Travestis de Salvador (Atras), o Grupo Filadélfia de Santos, o Grupo Igualdade em Porto Alegre, e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas) em Aracaju. Essas organizações desempenham um papel crucial na defesa dos direitos das pessoas trans, na promoção da igualdade e na conscientização sobre as questões enfrentadas por essa comunidade.⁸

A militância trans no Brasil tem evoluído ao longo do tempo, adaptando-se às mudanças sociais e políticas. A introdução dos conceitos de "transexualidade" e "transgeneridade", juntamente com as teorias queer, levou à consolidação de uma agenda de promoção de iniciativas inclusivas e de visibilidade para a comunidade trans. O surgimento do transfeminismo na segunda década do século XXI trouxe novas discussões e pautas políticas, incluindo a autonomia do movimento trans, a luta pela despatologização, a diversidade de identidades trans, o reconhecimento da infância e adolescência trans, entre outros temas. Essas pautas políticas amplas refletem os desafios enfrentados pela comunidade trans no Brasil e a necessidade contínua de lutar por igualdade, justiça e dignidade. O reconhecimento e a valorização da diversidade de identidades de gênero são fundamentais para construir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com todas as pessoas.⁹

A inclusão de pessoas trans representa um dos maiores desafios na busca por empresas mais diversas e inclusivas. Muitas vezes enfrentando a falta de apoio familiar, exclusão desde cedo na educação básica e estigmas sociais, esses indivíduos encontram enormes obstáculos no acesso ao mercado de trabalho formal. Quando há oportunidades de emprego formal, geralmente são oferecidas vagas com baixa remuneração e pouca qualificação. Além disso, o preconceito pode se manifestar no ambiente de trabalho através de agressões físicas, verbais ou microagressões, como a recusa em usar o nome social do profissional trans. A inclusão de pessoas trans vai além da simples reserva de vagas. Programas de diversidade devem focar na construção de uma cultura inclusiva e em ambientes de trabalho seguros e respeitosos.

⁸ Segundo informações do site <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em: 10/11/2021.

⁹ Segundo informações do site <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em: 10/11/2021.

Oferecer qualificação também é essencial para a inclusão dessa população. Muitas pessoas trans são excluídas precocemente do sistema educacional, o que as priva de oportunidades no mercado de trabalho. Como resultado, muitas acabam recorrendo à prostituição como meio de sobrevivência. Para que a inclusão de pessoas trans seja efetiva, é necessário não apenas oferecer oportunidades de trabalho, mas também garantir um ambiente de trabalho que respeite sua identidade de gênero. Isso inclui o uso do nome social, o respeito ao pronome correto, e a disponibilização de banheiros de acordo com a identidade de gênero.¹⁰

Além disso, as organizações precisam aplicar uma política de tolerância zero contra qualquer manifestação de discriminação. É essencial flexibilizar os critérios de contratação tradicionais e oferecer oportunidades de qualificação e desenvolvimento de forma sistemática. Sem um ambiente inclusivo, a inclusão de pessoas trans não prospera. As empresas precisam estar preparadas para acolher esses profissionais e garantir que possam contribuir plenamente com suas perspectivas e experiências, beneficiando assim a diversidade e promovendo um ambiente de trabalho mais produtivo e acolhedor para todos.¹¹

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa realizada pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (Unesp), que revela que 1,9% da população brasileira é composta por pessoas transgênero ou não binárias, o que representa um marco importante na compreensão da diversidade de identidades de gênero no país. Com uma amostra significativa de 6.000 entrevistados em 129 municípios de todas as regiões do Brasil, o estudo oferece *insights* valiosos sobre a magnitude e a distribuição dessa parte da população, que historicamente tem sido marginalizada e invisibilizada. Os resultados da pesquisa destacam a necessidade urgente de políticas de saúde voltadas para as pessoas trans. Aspectos específicos, como a importância de consultas ginecológicas periódicas para homens trans, ressaltam a complexidade das necessidades de saúde dessa comunidade e a necessidade de serviços de saúde inclusivos e sensíveis às questões de gênero. Além disso, a professora Maria Cristina Pereira Lima, autora

¹⁰ Segundo informações do site <https://rhpravoce.com.br/colab/os-desafios-da-inclusao-de-pessoas-trans/>. Acesso em: 30/12/2021.

¹¹ Segundo informações do site <https://rhpravoce.com.br/colab/os-desafios-da-inclusao-de-pessoas-trans/>. Acesso em: 30/12/2021.

do artigo, chama a atenção para a expectativa de vida mais baixa das pessoas trans em todo o mundo, apontando para as disparidades de saúde enfrentadas por essa população e a urgência de abordar essas desigualdades de forma eficaz.¹²

Essa pesquisa fornece uma base sólida para o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas de saúde que visem melhorar o acesso aos cuidados de saúde e promover o bem-estar das pessoas trans no Brasil. A inclusão dessa comunidade nos esforços de saúde pública é essencial para garantir uma sociedade mais justa para todos os seus membros.

A situação enfrentada pela população trans no Brasil, especialmente durante a pandemia, é alarmante e requer uma resposta urgente por parte das autoridades e da sociedade como um todo. A falta de dados precisos sobre a empregabilidade dessas pessoas dificulta ainda mais a compreensão completa da situação, mas os relatos e estudos disponíveis pintam um quadro sombrio. O fechamento de pequenos negócios, como salões de beleza, que costumavam oferecer oportunidades de emprego para a comunidade trans, tem empurrado mais pessoas para a prostituição como única forma de sobrevivência. Estima-se que 90% da população trans no Brasil dependa da prostituição como fonte de renda, uma realidade alarmante que reflete a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal.¹³

A exclusão social, familiar e escolar, juntamente com a falta de qualificação profissional, contribui para essa realidade preocupante. A baixa representatividade na educação formal, com apenas 0,02% na universidade, e altas taxas de abandono escolar, deixam a comunidade trans em uma situação de desvantagem significativa quando se trata de competir por empregos no mercado de trabalho. Também há falta de políticas públicas eficazes para apoiar a população trans, o que agrava ainda mais a situação. A reforma trabalhista implementada em 2017, longe de gerar os empregos prometidos, exacerbou as desigualdades e impactou negativamente as minorias, incluindo a comunidade trans. Ou seja, ausência de proteções legais e a retórica discriminatória do governo atual contribuem para a marginalização contínua dessa população.¹⁴

É essencial reconhecer e abordar os impactos específicos da pandemia na população trans, incluindo a perda de empregos e renda, o aumento da violência e o isolamento social exacerbado. A proteção e promoção dos direitos das pessoas trans devem ser uma prioridade

¹² Segundo informações do site <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/22/brasil-tem-4-milhoes-de-pessoas-trans-e-nao-binarias-revela-estudo-da-unesp-inedito-no-pais>. Acesso em 16/12/2021.

¹³ Segundo informações do site <https://contrafcut.com.br/noticias/pandemia-agrava-ainda-mais-situacao-da-populacao-trans/>. Acesso em 10/12/2021.

¹⁴ Segundo informações do site <https://contrafcut.com.br/noticias/pandemia-agrava-ainda-mais-situacao-da-populacao-trans/>. Acesso em 10/12/2021.

para garan O desafio enfrentado pelas pessoas trans no mercado de trabalho é multifacetado e complexo. Além das barreiras estruturais e sociais, como a falta de políticas públicas eficazes e a discriminação, há também desafios específicos relacionados à identidade de gênero.

Outro desafio é falta de reconhecimento e respeito ao nome social, o que significa uma das principais barreiras enfrentadas pela população trans no ambiente de trabalho. A utilização do nome social é imprescindível para garantir a dignidade e o respeito das pessoas trans, e o desrespeito a ele é uma forma comum de discriminação. Além disso, o próprio corpo das pessoas trans muitas vezes se torna um obstáculo para sua inserção no mercado de trabalho. A pressão para se conformar aos padrões de gênero hegemônicos pode resultar em custos significativos de privação de direitos e oportunidades.¹⁵

A falta de dados estatísticos sobre o número real de pessoas trans com emprego formal no Brasil reflete a invisibilidade e marginalização dessa comunidade. A ausência de políticas de inclusão e de capacitação adequada dos profissionais de Recursos Humanos nas empresas contribui para perpetuar essa situação. É fundamental que as empresas reconheçam e valorizem a diversidade de identidades de gênero e capacitem seus funcionários para lidar de forma sensível e inclusiva com as pessoas trans. A contratação e a permanência dessas pessoas no emprego devem ser baseadas no mérito e nas habilidades, sem preconceitos ou discriminação.¹⁶

A luta pela inclusão da população trans no mercado de trabalho é uma questão de direitos humanos e justiça social. Ao garantir oportunidades iguais para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, estamos construindo uma sociedade mais diversa e inclusiva para todos.

¹⁵ Segundo informações do site <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/a-realidade-e-os-desafios-para-a-insercao-de-transgeneros-transexuais-e-travestis-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 12/12/2021.

¹⁶ Segundo informações do site <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/a-realidade-e-os-desafios-para-a-insercao-de-transgeneros-transexuais-e-travestis-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 12/12/2021.

4. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL, 2021. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/pesquisa-descreve-barreiras-para-acesso-de-pessoas-trans-ao-emprego>. Acesso em: 28/12/2021.

BRASIL DE FATO, 2021. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/22/brasil-tem-4-milhoes-de-pessoas-trans-e-nao-binarias-revela-estudo-da-unesp-inedito-no-pais>. Acesso em: 16/12/2021.

CONTRAF CUT, 2021. Disponível em <https://contrafcut.com.br/noticias/pandemia-agrava-ainda-mais-situacao-da-populacao-trans/>. Acesso em: 10/12/2021.

CULT, 2018. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em: 10/11/2021.

MOREIRA, Euza Aparecida da Silva; MARCOS, Cristina Moreira. “Breve Percurso Histórico Acerca da Transexualidade.” Belo Horizonte: Psicologia em Revista, 2019.

RH PRA VOCÊ, 2021. Disponível em <https://rhpravoce.com.br/colab/os-desafios-da-inclusao-de-pessoas-trans/>. Acesso em: 30/12/2021.

SPINELLI, R. P. *et al.* “Transgêneros: Transcendendo o Mercado de Trabalho.” Araçatuba: UniSALESIANO, 2018.